

Desindexação exige habilidade para negociar

■ Na hora de fechar acordos, vai ganhar quem tiver o maior poder de barganha

RAQUEL ALMEIDA

A desindexação da economia não foi tão generosa assim com os brasileiros. Se por um lado a salada de índices que fazia parte do dia-a-dia de qualquer cidadão há 31 anos está com os dias contados, ao mesmo tempo a livre negociação não deixa de ser uma faca de dois gumes. Isso porque na maioria dos casos em que os futuros reajustes ficaram *a negociar*, o poder de barganha das partes não será equilibrado.

No caso dos salários, por exemplo, não há garantias legais: os reajustes terão que ser tratados diretamente com as empresas, o que apresentará um péssimo negócio para categorias menos organizadas. Esta negociação poderá ser feita através dos sindicatos, mas o governo pretende estimular a discussão entre as empresas e seus funcionários. Ao mesmo tempo que esti-

mula a organização dos empregados, a medida enfraquece a atuação dos sindicatos.

Os acordos entre inquilinos e proprietários também prometem render muito pano para manga. A Medida Provisória da desindexação determina que o resíduo do Índice de Preços ao Consumidor série real (IPC-r) seja incorporado no próximo aumento e que o futuro índice seja fixado pelas partes. Mas quem estiver com o contrato vencido ou prestes a vencer dificilmente conseguirá obter um indexador mais razoável, como os índices gerais de preços.

No caso das mensalidades escolares, a situação é mais complicada. A MP não trata do assunto e as escolas já estão reajustando seus preços acima da inflação. Em resumo: tudo dependerá do jogo de cintura dos brasileiros na negociação.

Zeca Fonseca-19/12/90



Para Jorge Esch, da Apaerj, a desindexação deixou os pais de alunos entregues aos 'tubarões' do ensino

Carlo Wrede-14/12/94



O advogado Sergio Sender aconselha inquilinos e proprietários a fazerem acordo para definir aluguel